

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.668 - RS  
(2019/0113883-0)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**  
**ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS -**  
**DF011694**  
**BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - DF036192**  
**EMBARGANTE : SIMONE MAZONI BOGO**  
**ADVOGADOS : DAISSON FLACH - RS036768**  
**REGIS ELENO FONTANA - RS027389**  
**RICARDO ZENERE FERREIRA - RS087039**  
**INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO : JULIANA VEIGA BIEDRZYCKI E OUTRO(S) - RS065284**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA.

1. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexistir qualquer vício a ser sanado no julgado embargado.
2. Embargos de declaração rejeitados.

## **DECISÃO**

Cuidam-se de embargos de declaração no recurso especial, opostos por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF, contra decisão que reconheceu a incompetência absoluta da Justiça Comum para apreciação da presente demanda, determinando a remessa dos autos à Justiça do Trabalho para o regular julgamento da lide, nos limites das suas atribuições, e que foi assim ementada:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA NATUREZA SALARIAL DA PARCELA DENOMINADA "CTVA". REFLEXO NAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CUMULAÇÃO DE PRETENSÕES DE NATUREZAS DISTINTAS. SÚMULA 170/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA NOS LIMITES DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

1. Cuida-se, na origem, de revisional de contribuição previdenciária ajuizada em face da CEF e da FUNCEF, em que se pretende a inclusão da verba denominada CTVA - Complemento Temporário Variável Ajuste de

# Superior Tribunal de Justiça

Mercado- na composição de salário de participação, com os devidos reflexos no cálculo de benefício de complementação de aposentadoria.

2. A presente demanda cumula pretensões de natureza distintas, havendo um pedido antecedente de reconhecimento da natureza salarial da verba CTVA, com a condenação da ex-empregadora (CEF) em aportar contribuições previdenciárias, e um pedido consequente de recálculo do valor do benefício de suplementação de aposentadoria a cargo da entidade de previdência privada (FUNCEF).

3. Segundo a jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal de Justiça em hipóteses como a presente, em se tratando de cumulação de pedidos envolvendo matérias de diferentes competências, deve a ação prosseguir primeiramente na Justiça Especializada, para o exame das pretensões derivadas da relação de trabalho, ressalvada a possibilidade de posterior ajuizamento de nova ação, perante a Justiça Comum, com vistas ao deslinde da controvérsia relativa ao reajuste do benefício de suplementação de aposentadoria. Aplica-se, com as adaptações necessárias, o disposto na Súmula 170/STJ. Precedentes.

4. Reconhecida a incompetência da Justiça Comum. Recurso especial julgado prejudicado. (e-STJ Fl. 1.486)

No presente recurso, aponta a embargante possível equívoco da decisão embargada, em razão da ausência de pedido inicial para julgamento da lide perante à Justiça do Trabalho, o que caracterizaria inovação recursal. Assevera que a decisão embargada foi omissa no que tange à incompetência da Justiça do Trabalho para julgar matéria previdenciária, nos termos do entendimento firmado pelo STF.

É o breve relatório.

É notória a busca de efeitos infringenciais, não havendo as alegadas omissões, porquanto a decisão embargada trata expressamente da matéria novamente vertida nestes embargos de declaração.

No que se refere à ausência de pedido inicial para julgamento do processo perante à Justiça do Trabalho, consta da decisão embargada que *"considerando a natureza de ordem pública da matéria, impõe-se o reconhecimento, de ofício, da incompetência da Justiça Comum para o julgamento do presente processo, ressalvando-se à recorrente a possibilidade de, uma vez definida a demanda trabalhista, propor nova ação perante a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Justiça Comum, em face da entidade de previdência privada, relativa ao pedido de recálculo do benefício de suplementação de aposentadoria."* (e-STJ Fl. 1.491)

Portanto, por se tratar de matéria de ordem pública, a incompetência da Justiça Comum pode ser reconhecida de ofício, assim como a remessa dos autos à Justiça laboral pode ser determinada, independentemente de pedido da parte. Nesse sentido: AgInt no REsp 1580882/DF, Terceira Turma, DJe de 07/08/2017.

Ademais, no que tange à alegada omissão do aresto embargado em relação à incompetência da Justiça do Trabalho para processamento e julgamento de demandas previdenciárias, essa também não prospera.

No ponto, a decisão impugnada expressamente consignou que:

(...)

"O Superior Tribunal de Justiça perfilha o entendimento de que o julgamento de ação proposta com o intuito de discutir contrato firmado com entidade de previdência complementar é de competência da Justiça Comum Estadual.

No entanto, na hipótese versada nos presentes autos, verifica-se que a autora ajuizou ação de revisão de contribuição previdenciária objetivando o reconhecimento da natureza salarial da parcela CTVA recebida de seu empregador, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com os consequentes reflexos no custeio de seu plano de previdência suplementar, gerido pela FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF.

Nesses termos, observa-se a existência de cumulação de pretensões de naturezas distintas - atinentes ao vínculo laboral e atinente à complementação de aposentadoria - o que, diante do decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos RE's n. 586.453 e 583.050, enseja a aplicação, por analogia, do previsto na Súmula n. 170/STJ, que assim dispõe: "Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio".

Deveras, a solução para a presente demanda não se restringe à interpretação das regras da previdência complementar. Para que a Justiça Comum Estadual avalie a viabilidade de reajuste do benefício de aposentadoria do recorrente, é necessário definir, previamente, se a parcela denominada CTVA tem ou não natureza salarial e, por conseguinte, se poderia, na hipótese, ter sido excluída do salário de contribuição, o que, por força do art. 114, VI, da Constituição Federal, compete exclusivamente à Justiça do Trabalho." (e-STJ Fls. 1.488/1.489)

# *Superior Tribunal de Justiça*

(...)

Desse modo, importa salientar que os embargos de declaração são instrumento processual excepcional e destinam-se ao aprimoramento do julgado que contenha obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha manifestar o julgador, não se prestando à simples reexame da causa, nem a modificar o entendimento do órgão julgador.

Verifica-se que a embargante pretende, à toda evidência, valer-se dos embargos de declaração para rediscutir matéria já decidida, fazendo com que prevaleça o seu entendimento sobre o tema. Os fundamentos de seus aclaratórios revelam tal inconformidade e o claro desejo de atribuir a eles efeitos infringentes, de abrangência incompatível com a natureza desse recurso.

Dissociado, o pleito, de qualquer um dos pressupostos de interposição dos embargos de declaração, desautorizada está a pretensão ora declinada, impondo-se, então, a rejeição dos embargos de declaração.

Forte em tais razões, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora